

ATA DA 3ª PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

TEMA: DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

Aos 07 dias do mês de maio do ano de 2026, às 19 horas, nas dependências da Escola Estadual Profº Gabriel Felix do Amaral, situada na Av. José Pereira Lopes, 1871, Botafogo, São Carlos/SP, realizou-se a reunião da 3ª Pré-Conferência da Primeira Infância – Território 01, com o tema “**Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade**”, tendo como texto-base o documento “Diagnóstico Social da Infância, Adolescência e Juventude: perfil demográfico, socioeconômico e mapeamento”. A reunião contou com a presença de representantes da educação, conselhos municipais, organizações da sociedade civil, profissionais da rede de proteção, lideranças comunitárias e demais participantes, conforme lista de presença em anexo.

A abertura dos trabalhos foi realizada por **Rafaelly Helena Ribeiro**, Diretora do Departamento de Promoção e Proteção da Primeira Infância, que saudou os presentes e destacou a importância da realização da Pré-Conferência da Primeira Infância como espaço democrático de escuta, participação e construção coletiva de propostas voltadas à garantia dos direitos das crianças na primeira infância, em consonância com a legislação vigente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com as políticas públicas intersetoriais.

Na sequência, **Bruna Hellen**, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na condição de ministrante, conduziu a discussão do eixo temático “Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade”, provocando os participantes a refletirem sobre o significado concreto desses direitos na vida das crianças. Foi informado que, para subsidiar os debates, seria utilizado um formulário com questões abertas sobre o que fere o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade das crianças, quais seriam as principais causas dessas violações e quais ações poderiam ser construídas para seu enfrentamento. Destacou-se que o processo em curso busca promover uma escuta qualificada dos territórios, considerando as realidades atuais das famílias, das crianças e dos serviços públicos.

Durante a exposição inicial, ressaltou-se que o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade deve ser compreendido para além de sua previsão legal, exigindo condições reais para que a criança possa brincar, conviver, expressar-se, desenvolver sua autonomia, ocupar os espaços públicos e ser reconhecida como sujeito de direitos. Enfatizou-se que a primeira infância deve ser protegida de práticas que silenciam, apagam ou minorizam a criança, reduzindo sua participação social e limitando suas possibilidades de desenvolvimento integral.

Aberto o momento de debate, **Abel**, Presidente do Conselho Municipal de Educação de São Carlos, enfatizou a falta de espaços públicos e seguros nos bairros para a convivência das famílias, crianças e adolescentes. Pontuou que a ausência desses espaços compromete o direito ao brincar, à convivência comunitária, ao lazer e à ocupação saudável do território. Acrescentou que há necessidade de diretrizes e políticas públicas voltadas ao bem-estar dos moradores, inclusive com previsão no

Plano Diretor de formas de ocupação dos espaços públicos que favoreçam a vivência, a convivência, o lazer, a cultura e o desenvolvimento das crianças.

Flávia, Supervisora de Ensino e membro do Fórum Municipal de Educação, complementou que alguns pontos da cidade contam com equipamentos públicos de qualidade, como a FESC, que oferece espaços de cultura, lazer e esporte. Contudo, observou que a distribuição desses equipamentos não favorece a descentralização nem facilita o acesso das famílias que residem em regiões periféricas. Destacou que, embora existam boas estruturas em determinadas localidades, a forma como os espaços estão alocados ainda não contempla de maneira equitativa a dimensão territorial do município.

Thiago, Supervisor Técnico da Escuta Especializada, acrescentou que, mesmo quando há boa estruturação de determinados equipamentos, a quantidade de espaços e instituições disponíveis não corresponde à dimensão da cidade e às demandas existentes. Ressaltou que a insuficiência de serviços, de profissionais e de espaços de atendimento contribui para o distanciamento entre as políticas públicas e dificulta a efetivação da intersetorialidade.

Abel retomou sua fala destacando como causas das violações de direitos a ausência de diretrizes consistentes e de políticas públicas permanentes de bem-estar do morador. Como proposta, defendeu que o Plano Diretor contemple a ocupação dos espaços públicos como estratégia de vivência, convivência e bem-estar. Também propôs o fortalecimento de ações formativas de lazer e cultura, para que crianças e adolescentes tenham acesso aos espaços e possam compreender, usufruir e participar das atividades propostas.

Rafaelly acrescentou reflexão sobre a existência de um movimento social de silenciamento da criança e do adolescente, que se expressa, entre outros aspectos, na sonegação do brincar, da interação e da convivência, muitas vezes substituídos pela oferta precoce e excessiva de telas. Nesse sentido, destacou-se que o uso indiscriminado de dispositivos digitais pode limitar as experiências corporais, sociais, afetivas e comunitárias necessárias ao desenvolvimento infantil.

Flávia reforçou a importância do fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e institucionais, observando que a criança precisa de relações estáveis, espaços de convivência e oportunidades concretas de exploração do mundo. Foi ressaltado que o brincar, o contato com a natureza, a socialização e a participação em atividades culturais e comunitárias são dimensões essenciais para a garantia da liberdade, do respeito e da dignidade na primeira infância.

Rafaelly retomou a discussão propondo que o grupo avançasse na identificação de ações possíveis, questionando quais caminhos poderiam ser construídos para enfrentar as violações apontadas. A partir dessa provocação, Thiago enfatizou os impactos biológicos e cognitivos da exposição precoce e excessiva às telas, mencionando prejuízos relacionados ao sono, à regulação emocional, ao desenvolvimento cognitivo e à sociabilidade. Destacou que o tempo insuficiente de sono na infância pode causar danos ao desenvolvimento, uma vez que o cérebro necessita de períodos adequados de descanso para alcançar estágios importantes de maturação. Ainda, complementou que a discussão sobre telas também precisa considerar outras dimensões da infância, como melancolia, tristeza, depressão e

sofrimento psíquico, evitando que tais manifestações sejam imediatamente tratadas apenas pela via da medicalização.

Thiago acrescentou que, em determinados contextos, a criança pode apresentar manifestações compreendidas como patológicas, mas que muitas vezes estão relacionadas ao ambiente, à exposição à velocidade das redes sociais, à ausência de mediação adulta e à falta de espaços de convivência e elaboração simbólica.

Foi apresentada, ainda, a reflexão de que, em gerações anteriores, crianças pequenas não recebiam celulares ou dispositivos digitais com a mesma naturalidade observada atualmente, o que provocou debate sobre mudanças nas formas de cuidado, autoridade e convivência entre adultos e crianças. **Ricardo** (OSC Amor e Caridade) enfatizou que, além da quantidade de telas disponíveis, devem ser consideradas questões como reforço positivo, limites, referência adulta e o papel do adulto como autoridade responsável pela mediação das experiências infantis.

Flávia destacou que, embora atualmente exista a discussão sobre o chamado ECA Digital, ainda falta aprofundamento sobre como esse tema deve entrar no contexto escolar e no teor pedagógico. Pontuou que, enquanto cresce a presença das telas, diminui o espaço para que a criança desenvolva habilidades motoras, veja árvores, tenha contato com a vida, conheça o mundo e construa experiências concretas. Ressaltou que parte dessas dificuldades decorre da ausência de currículo municipal e de diretrizes claras para orientar as práticas pedagógicas.

Também foram debatidas práticas pedagógicas que minorizam a criança como sujeito de direitos e priorizam apenas resultados de avaliações externas. **Flávia** observou que a valorização excessiva da meritocracia e da competitividade entre crianças e entre escolas pode deslocar o olhar do desenvolvimento real da criança para indicadores de desempenho, fragilizando uma concepção integral de infância. Nesse contexto, apontou-se a necessidade de uma proposta municipal que oriente a rede e reconheça a criança como sujeito ativo, em desenvolvimento e com direito a experiências significativas.

Foi registrada preocupação com a ausência de número suficiente de profissionais nas áreas da saúde, educação, cultura e demais políticas públicas. Apontou-se a falta de construção de políticas públicas efetivas voltadas à primeira infância, com investimento real, continuidade das ações e superação de iniciativas pontuais ou dependentes de prioridades governamentais momentâneas.

Thiago enfatizou novamente a insuficiência de serviços diante das demandas existentes, bem como a falta de profissionais, fatores que dificultam a construção de uma atuação intersetorial efetiva. Defendeu a necessidade de equipes interdisciplinares atuando de forma integrada, não apenas em uma perspectiva terapêutica ou interventiva, mas também formativa. Ressaltou a importância da criação de protocolos construídos a partir do conhecimento real dos territórios e das demandas concretas das crianças, famílias e serviços.

Abel relatou preocupação quanto à utilização do sistema CROSS pela saúde, afirmando que tal mudança gerou dúvidas no campo da educação, especialmente em relação às crianças com neurodivergências. Informou que buscou articulação para que representantes da saúde explicassem o funcionamento da lista CROSS em momento formativo, como HTPC, tendo entrado em contato com o Conselho

Municipal de Saúde, com a Secretaria Municipal de Saúde e outras instâncias, mas sem obter respostas. A situação foi apontada como exemplo das fragilidades de comunicação entre os setores e da necessidade de fortalecer os canais de interlocução intersetorial.

Flávia afirmou que sua participação no encontro se justificava justamente pela possibilidade de diálogo intersetorial, destacando a importância de espaços em que diferentes áreas possam compartilhar suas percepções e construir soluções conjuntas. Rafaella Marchetti, representante da Secretaria Municipal de Educação, refletiu sobre como a liberdade do comportamento da criança muitas vezes fica condicionada à organização do adulto, fazendo com que a infância perca sua especificidade. Defendeu que a concepção sobre o que é ser criança precisa ser revista pelos profissionais e pelo poder público.

Rafaella Marchetti, Secretária Adjunta de Educação, também endossou a fala de Flávia sobre a necessidade de uma proposta própria do município, sobretudo no campo pedagógico, como suporte para o trabalho desenvolvido nas unidades. Observou que, quando não há diretrizes comuns, cada profissional interpreta a criança e a infância de maneira distinta, o que pode gerar práticas fragmentadas e desiguais. Destacou, ainda, que a lógica das avaliações externas tem ganhado força no contexto educacional, especialmente nas políticas de alfabetização, e que o município deve reafirmar como prioridade o atendimento integral à criança e sua inserção no mundo real e na sociedade como sujeito ativo.

Foi ressaltado que a escola é, para muitas crianças, um dos poucos espaços públicos seguros em que necessidades básicas são atendidas, como alimentação, higiene, convivência e cuidado. Contudo, também se observou que as telas têm substituído espaços de lazer, vivência e socialização, contribuindo para regressões no desenvolvimento social, físico e cognitivo, além de déficits de sociabilidade.

Thiago retomou a discussão sobre diagnósticos e laudos, afirmando que a literatura da saúde já vem levantando preocupações acerca do excesso de diagnóstico e da laudação precoce. Pontuou que, muitas vezes, determinadas manifestações não dizem respeito exclusivamente à criança, mas ao contexto em que ela vive. Destacou a complexidade de se abordar as diferenças entre pessoas, contextos e condições de vida, bem como a necessidade de integrar os conhecimentos das diversas áreas para uma compreensão mais qualificada da infância.

Flávia voltou a enfatizar a importância das diretrizes, ao passo que **Thiago** problematizou como construir diretrizes sem garantir o devido aporte material, técnico e institucional. Ressaltou que é necessário transformar as propostas em meios reais de atuação, com espaços efetivos de troca e interlocução. Nesse debate, foi mencionado o Parecer CNE/CP nº 50/2023, em referência à necessidade de articulação entre educação e saúde, sem reduzir a escola ao espaço terapêutico nem transformar o atendimento terapêutico em prática escolar, mas buscando consensos e fluxos comuns que respeitem as especificidades de cada área.

Thiago também levantou questionamento sobre possíveis resistências entre as áreas, indagando se elas decorrem de disputas corporativas, de fragilidades no raciocínio clínico ou da dificuldade de explicar tecnicamente determinados diagnósticos. Observou que, quando um diagnóstico está equivocado, todo o

processo terapêutico pode ser comprometido, motivo pelo qual é necessário cuidado especial com diagnósticos exacerbados na faixa etária de 0 a 6 anos. Flávia acrescentou que, em muitos casos, laudos apressados decorrem de atendimentos particulares ou de convênios, o que também exige análise crítica.

Irmã Maria, representante de organização da sociedade civil, abordou a importância do trabalho intersetorial realizado pelas OSCs, especialmente no acompanhamento das inter-relações dos núcleos familiares. Destacou a falta de recursos humanos para a atenção especializada, para o acolhimento de crianças e para outros aspectos relacionados à primeira infância. Pontuou que, diante da conjuntura atual, o Estado ainda não garante plenamente a efetivação das políticas públicas específicas dos direitos das crianças, sendo a desinformação e a insuficiência de recursos humanos fatores agravantes.

Ao final do debate, **Bruna Hellen** observou ser significativo perceber que, apesar de os diferentes setores partirem de lugares institucionais distintos, muitos apresentam olhares semelhantes e identificam demandas comuns. Destacou a importância da dialogicidade e encerrou sua fala com a frase: “pequenas vozes ouvidas hoje constroem grandes mudanças amanhã”.

Irmã Maria reforçou a necessidade de que as análises e propostas considerem recortes dignos da realidade vivida pelas crianças e famílias. **Bruna** também trouxe relatos de sua própria infância e observou diferenças em relação às vivências atuais de crianças próximas de sua família, especialmente no que se refere ao brincar, à convivência e à presença das telas. Um dos participantes destacou que cada pessoa presente, em seu respectivo espaço de atuação, exerce uma parcela de responsabilidade pública e que, ao participar de um espaço de escuta e troca, compartilha também esse poder público na construção coletiva de caminhos.

Rafaelly informou que, na conferência final prevista para o mês de agosto, serão sistematizadas as contribuições colhidas nas pré-conferências para subsidiar a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância, reafirmando que todas as manifestações e propostas apresentadas seriam consideradas no processo.

Após as discussões, foram registradas como principais propostas e encaminhamentos: fortalecimento da intersetorialidade entre educação, saúde, assistência social, cultura, conselhos municipais, organizações da sociedade civil e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; criação e qualificação de fluxos permanentes de comunicação entre os serviços; ampliação e descentralização de espaços públicos seguros de lazer, cultura, convivência e esporte nos territórios; inclusão, no planejamento urbano e no Plano Diretor, de diretrizes voltadas à ocupação dos espaços públicos para vivência, bem-estar e desenvolvimento integral de crianças e famílias; fortalecimento de ações formativas de lazer, cultura e cidadania; construção de diretrizes municipais para a primeira infância, especialmente no campo pedagógico; ampliação de recursos humanos nas áreas de saúde, educação, cultura e assistência social; desenvolvimento de protocolos intersetoriais construídos a partir das demandas reais dos territórios; qualificação da comunicação sobre fluxos de atendimento, incluindo aqueles relacionados ao sistema CROSS; enfrentamento da medicalização excessiva e dos diagnósticos apressados na primeira infância; promoção de ações de orientação às famílias sobre uso de telas, sono, convivência, limites, brincar e desenvolvimento infantil; e consolidação das

políticas públicas para a primeira infância como ações permanentes, com investimento real e continuidade administrativa.

Elencamos os principais pontos debatidos na noite:

- necessidade de ampliação de espaços públicos seguros, descentralizados e acessíveis para lazer, cultura, esporte, convivência e brincar;
- importância de considerar o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como garantia concreta de participação, escuta, convivência e desenvolvimento integral da criança;
- preocupação com a substituição do brincar, da interação social e das experiências corporais pelo uso precoce e excessivo de telas;
- necessidade de orientação às famílias sobre sono, telas, limites, autoridade adulta, convivência e desenvolvimento infantil;
- fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e institucionais;
- necessidade de currículo municipal, diretrizes pedagógicas e concepção comum de infância;
- crítica a práticas que menorizam a criança como sujeito e priorizam resultados de avaliações em detrimento do desenvolvimento integral;
- insuficiência de profissionais e serviços nas áreas de saúde, educação, cultura e assistência social;
- necessidade de equipes interdisciplinares e de atuação intersetorial efetiva;
- fragilidade da comunicação entre saúde e educação, especialmente em relação aos fluxos de atendimento e ao sistema CROSS;
- preocupação com diagnósticos e laudos apressados, especialmente na faixa etária de 0 a 6 anos;
- necessidade de protocolos construídos a partir da realidade dos territórios;
- reconhecimento da escola como espaço público seguro e essencial para muitas crianças;
- importância da participação social e da escuta territorial na construção do Plano Municipal pela Primeira Infância;
- defesa de políticas públicas permanentes, com investimento real, continuidade das ações e compromisso do poder público com a primeira infância.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 21 horas, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente arquivada e servirá de subsídio para os próximos eventos.

E, para constar, eu, Rafaela Marchetti, na qualidade de Secretária da reunião, lavrei a presente ata, que segue por mim assinada, para fins de registro e encaminhamento às providências cabíveis.

São Carlos, 07 de maio de 2026.